

## ECONOMIA PIAUIENSE: PLANEJAMENTO E PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS – UMA RESENHA

### PIAUIENSE ECONOMY: INVESTMENT PLANNING AND PERSPECTIVES – A REVIEW

**Waldirene Alves Lopes da Silva**

Doutora em Geografia (UFPE). Docente da Universidade Estadual do Piauí, Coordenadora do PRONERA - UESPI-Piauí  
E-mail: waldirenealves@ccm.uespi.br

**Liege de Souza Moura**

Doutora em Geografia (UFPE). Docente da Universidade Estadual do Piauí  
E-mail: liegesouza@cchl.uespi.br

#### RESUMO

Esta resenha tem como objetivo analisar o livro “Economia Piauiense: planejamento e perspectivas de investimentos”, que, em linhas gerais, realiza um diagnóstico da economia piauiense dentro de um contexto ampliado da economia do país. Nesse sentido, a presente resenha está estruturada segundo os capítulos da obra analisada, além de que buscamos expressar nossos agradecimentos e gratidão ao estimado mestre Prof<sup>o</sup>. Francisco de Assis Veloso Filho.

**Palavras-chave:** cenário macroeconômico; Brasil; Piauí.

#### ABSTRACT

*This review aims to analyze the book “Economia Piauiense: planejamento e perspectivas de investimentos”, which, in general terms, makes a diagnosis of the Piauí economy within an expanded context of the country's economy. In this sense, this review is structured according to the chapters of the analyzed work, in addition to which we seek to express our thanks and gratitude to the esteemed master Prof<sup>o</sup>. Francisco de Assis Veloso Filho.*

**Keywords:** macroeconomic scenario; Brasil; Piauí.

FRANCISCO DE ASSIS VELOSO FERRO

**ECONOMIA PIAUIENSE  
PLANEJAMENTO E PERSPECTIVAS  
DE INVESTIMENTOS**



## **INTRODUÇÃO**

*Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 4, n. 2, Dossiê Temático/Número Especial, p. 392-401, jul./dez. 2022.*

O livro apresenta uma análise da economia piauiense, articulando com a realidade nordestina e brasileira. Nesse sentido, ressaltamos que a discussão apresentada pelo autor procura enfatizar a relação do planejamento econômico, investimentos e desenvolvimento no estado.

Outro aspecto relevante da obra é a capacidade de articular as questões geográficas, como as características naturais e ambientais do estado, bem como as características da população piauiense, principalmente o seu crescimento e estabilização.

A análise econômica considerou sua dinâmica recente comparando os indicadores como o PIB, PIB per capita e os setores que agregam valor econômico. Por fim, apresenta uma análise dos investimentos federais no estado e a articulação com o planejamento e as políticas públicas.

## **CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

Este tópico caracteriza a situação econômica e as bases físicas do Estado do Piauí na Região do Nordeste do Brasil com sua localização, área total e limites. Tais temas indicam que o estado está situado dentro do domínio Tropical e próximo da linha Equinocial, com clima quente e temperatura média maior que 18° Celsius em todos os meses do ano. Essa disposição geográfica dá ao estado grande disponibilidade de ventos e de insolação durante todo ano.

Considerando o contexto geológico do Brasil, o território do Piauí situa-se predominantemente na província da bacia sedimentar do Parnaíba. Tendo a porção sudeste nas províncias da Borborema e São Francisco, ao norte a bacia sedimentar do Ceará próximo ao limite com a bacia sedimentar de Barreirinhas. E, em especial, a bacia hidrográfica do Rio Parnaíba que se configura naturalmente relevante na definição desse território e na formação dessa economia regional.

Outro ponto de enfoque é o tópico da rede urbana e as regiões funcionais no Piauí que nos conduz a uma linha de investigações específicas sobre as redes das cidades do país. Segundo o IBGE, desde os anos de 1960, avançou o entendimento de cidades como localidades centrais no comércio de bens e na prestação de serviços. “A pesquisa considerou também os conceitos de centro de gestão do território” e de “centros especializados”, isto é, as cidades como centros de localização de órgãos do Estado ou de grandes empresas atuantes no mercado. Essas análises permitiram também chegar à classificação das cidades brasileiras, assim distribuídas em 12 metrópoles, 70 capitais regionais, 169 centros sub-regionais, 556 centros de zona e 4.473 centros locais. Nesse sentido, a região de influência de Teresina, capital regional, abrange 271 municípios, destaca-se pelo tamanho de sua área e pela intensidade dos seus relacionamentos.

Analisando as aglomerações urbanas que são núcleos dessas redes de cidades, pois são formadas por três municípios (Altos, Teresina e Timon), Teresina ganha destaque ainda maior.

Cabe destacar a existência da região Integrada de desenvolvimento grande Teresina (RIDE), criada em 2001. Trata-se de uma área metropolitana em formação, em que avançam os processos de conurbação entre cidades que a constituem.

## **MODERNIZAÇÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA**

Neste capítulo, buscamos analisar os efetivos e a evolução da população ao longo do século XX, através de amplos processos de modernização, abrangendo mecanização e intensificação da agropecuária, industrialização, integração do mercado nacional, urbanização e metropolização, êxodo rural e migrações.

Os processos de modernização em países industrializados permitiram a indicação de um “modelo de crescimento populacional”, que

compreende quatro fases principais: uma fase inicial de aceleração do crescimento; segunda fase, alcance de um patamar superior; e a terceira, redução do ritmo de crescimento. Após esses processos, configura-se uma quarta fase, com baixas taxas de crescimento, indicando a tendência de estabilização do efetivo populacional. Assim, o processo de modernização em sociedades não industrializada, como o Brasil, foi acompanhado de intensa urbanização.

As proporções da população do país e das unidades da federação indicam projeções a partir do ano base de 2000 para o horizonte temporal de 2030. Nessas projeções, o IBGE emprega o “método de componentes demográficos” com base em tendências recentes obtidas nas variáveis: fecundidade, mortalidade e migração. Assim, segundo as projeções do IBGE, o Estado do Piauí alcançará, em torno do ano 2025, o equivalente de 3,242 milhões de habitantes.

## **INDICADORES AGREGADOS DA ECONOMIA PIAUIENSE: PRODUTO, EMPREGO E RENDA**

Este capítulo apresenta uma discussão sobre a posição relativa e o desempenho recente da economia piauiense, em conformidade com o Sistema de Contas Regionais (SCR/ IBGE), que compreende o estudo do “Produto Interno Bruto” (PIB) de cada unidade da federação.

Nos próximos tópicos, deste capítulo, procura-se avançar na caracterização econômica, considerando o agrupamento de atividades econômicas, que tem como referência e ajustes a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), organizado em cinco níveis, dividindo as atividades em 21 seções, 87 divisões, 285 grupos, 673 classes e 1.301 subclasses. Em outro tópico, temos a condição de atividade ocupação e emprego formal.

Ao lado dos censos demográficos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é o sistema de estatísticas com maiores informações. Segundo o IBGE (2016), a seleção da amostra considera municípios, setores censitários e unidades domiciliares (domicílios particulares e domicílios coletivos) de cada população residente, em cada unidade da federação, com base em dados dos censos demográficos. Outro dos resultados da PNAD compreende a classificação de pessoas ocupadas. No Brasil em 2015, 57.425 milhões de pessoas, ou seja, 60% das pessoas ocupadas eram empregadas. Teresina ganha destaque ainda maior quanto às características da população.

Nessa distribuição de pessoas ocupadas por posição também se pode encontrar outra maneira de explicar a grande diferença entre o produto per capita, ou renda per capita, do Estado e do país. Desse modo, parte significativa da população ativa e ocupada está envolvida em atividades de produção para o consumo ou de construção para o uso da própria pessoa ou familiares.

Destaca-se que no Piauí, em 2015, a maioria da população ocupada era composta por homens, equivalente a 56%. Ademais, observou-se que as atividades agrícolas detinham um percentual significativo de empregabilidade. Isso refletiria as condições de subdesenvolvimento da economia estadual, que contava com 32,1% da sua população ocupada atuante nas atividades agrícolas, enquanto a média brasileira era de 13,9% em relação às demais atividades no estado, as atividades industriais corresponderiam a 17% e serviços com 50,9%, enquanto o percentual de participação em âmbito nacional seria de 21,6% e 64,5%, respectivamente.

Por fim, compara-se também o cenário piauiense e nacional no que se refere ao emprego formal diante de crises econômicas. A partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), pode-se concluir que as crises econômicas alcançam de maneira diferenciada as diversas regiões de um país, considerando que o Piauí manteve um ritmo de crescimento do

emprego formal superior à da média nacional durante os anos de 2012 a 2015, alcançando uma recessão devido à crise nacional em 2016.

## **PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÕES DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL DO ESTADO PIAUÍ**

Neste capítulo retrata-se os programas de investimentos e da previsão de investimentos de curto prazo do Governo Federal do Piauí. Pode-se destacar o Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento e programação econômica que define diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e as despesas relativas a programas de duração continuada, no horizonte temporal de quatros anos.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é o maior programa de investimentos do governo federal implementado nas últimas décadas. Envolve despesas diretas do governo federal e linhas de financiamento para o setor público, entidades não governamentais, empresas e pessoas físicas. No Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), programação 2018, a política de desenvolvimento regional do Brasil conta com três tipos principais de instrumentos de financiamentos: fundos constitucionais de financiamento, fundos de desenvolvimento regional e incentivos fiscais.

Outro ponto traz indicações de investimentos decorrentes de processos de desestatização. Em termos conceituais, a desestatização é venda de ativos ou transferência de prestação de serviços para a iniciativa privada, que compreende dois processos principais: a) privatização, venda de empresa estatal com a passagem do controle dos ativos em definitivo; b) concessão e parceria público-privada definida como a transferência da prestação de serviço à iniciativa privada, por tempo determinado.

Citando outros programas de participação, o PIL é um conjunto de concessões em logística de transportes que pode trazer investimentos

privados em projetos de infraestrutura e na prestação de serviços correlatos. O PPI abrange todos os processos de privatização e de concessões de interesse do governo federal, em diversos setores da economia.

## **PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÕES DE INVESTIMENTOS DO ESTADO DO PIAUÍ E MUNICÍPIO DE TERESINA**

Iniciamos este capítulo, abordando o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí – PDES – PI, 2050. Em 2013, a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN – PI) firmou contrato de consultoria com a empresa Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios Ltda., com o objetivo de prestação de serviços técnicos especializados para a elaboração do plano. Tais trabalhos foram elaborados segundo uma metodologia de planejamento estratégico participativo, com envolvimento do governo e da sociedade civil, numa perspectiva a longo prazo, construída a “Visão do Futuro para o Piauí 2050”.

Cabe citar, ainda, o Piauí Plano Plurianual 2016 – 2019 e programa de concessões e parcerias, que prevê um gasto de R\$ 53,36 bilhões nesse período a serem aplicados em programas temáticos, relacionados à oferta de bens e serviços à sociedade em programas de gestão, reunindo atividades diretas de apoio à atuação governamental. Em relação à Teresina, o Plano Plurianual 2018 – 2021 e programa de concessões e parcerias, é importante afirmar que se projetou para esse período, a mobilização do volume de R\$ 13,37 bilhões no município, sendo R\$ 2,7 bilhões em despesas de capital. Essas atividades da administração pública municipal foram organizadas em 35 programas, subdivididos em iniciativas.

## **ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO, OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS**

Neste que é o capítulo final do livro, são discutidos tópicos relacionados ao PDES – PI, 2050. A começar pelo tópico contribuições para o debate de propostas do PDES – PI, 2050. A primeira questão diz respeito ao escopo do trabalho realizado pela empresa Diagonal e de sua aplicação pelo governo estadual: “prestar serviços técnicos especializados para elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí”. A regionalização adotada ao PDES – PI, 2050 – e o estabelecimento dos territórios de desenvolvimento é outra questão que merece ser discutida na divulgação e debate dos trabalhos da Diagonal. O terceiro tópico, dessa contribuição ao debate sobre o PDES – PI, 2050, trata de um aspecto fundamental na concepção da estratégia de desenvolvimento e da carteira de projetos prioritários.

Sobre novos empreendimentos no setor de energia elétrica, transformação da matriz elétrica estadual, o foco aponta para a abordagem aos avanços recentes desse setor, um dos segmentos considerados prioritários no PDES – PI, 2050, que decorrem de resultados bem-sucedidos pela regulação de mercado de energia elétrica no país pelos programas de investimentos conduzidos no âmbito do governo federal (PAC, PIL e PPI). Outra importante operadora é a CCEE, responsável pelo ambiente de comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo gerenciamento do mercado de curto prazo.

Partindo para as perspectivas de novos investimentos no setor de óleo e gás (natural), outro segmento de exploração, também apontados como prioritário no PDES – PI, 2015, o que faz do território do Estado do Piauí, por situar-se em partes emersas nos limites entre bacias sedimentares de Barreirinhas e do Ceará, parte da atual fronteira exploratória de petróleo e gás natural no Brasil.

## REFERÊNCIAS

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Economia Piauiense Planejamento e Perspectivas de Investimentos** 1. ed. Teresina, Piauí: Editora da UFPI, 2018. v. 1. *E-book*.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Economia Piauiense. Planejamento e perspectivas de investimentos**. 1. ed. Teresina: Editora da UFPI, 2018. v. 1.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Economia Piauiense: políticas de desenvolvimento econômico**. 1. ed. Teresina, Piauí: Editora da UFPI, 2021. v. 1.